



AMB *Informa* ESPECIAL

XXII
CONGRESSO BRASILEIRO
DE MAGISTRADOS
O Poder Judiciário e a Consolidação da Democracia:
O Papel da Justiça na Sociedade Contemporânea

Jornal oficial da Associação dos Magistrados Brasileiros – Edição nº 167 – outubro de 2015

EM PROL DA DEMOCRACIA E JUSTIÇA

Maior evento da magistratura brasileira reuniu, de 29 a 31 de outubro de 2015, mais de 1.500 congressistas. Na abertura, o presidente da AMB, João Ricardo Costa, adiantou a programação científica de destaque na área jurídica e fez um relato do trabalho desenvolvido pela diretoria. Cerimônia contou também com a palestra do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski.

Páginas 2 a 5

O Direito e a transformação social

Ministro Luís Roberto Barroso, do STF, dá aula sobre o aumento da subjetividade judicial e a consequente mudança no papel dos juízes.

Página 6

Nove teses são aprovadas

Após amplo debate, os trabalhos foram discutidos e votados na assembleia geral. Os temas entrarão na pauta de discussão da AMB.

Página 21



Guia de Cursos 2016

Participantes receberam em primeira mão a publicação da ENM/AMB.

Página 18



Presidente

João Ricardo dos Santos Costa

Secretário-Geral

Marcos Sérgio Galliano Daros

Secretário-Geral Adjunto

Alexandre Aronne de Abreu

Diretor-Tesoureiro

Emanuel Bonfim C. Amaral Filho

Diretor-Tesoureiro Adjunto

Mauro Caum Gonçalves

Vice-Presidentes

Adriano Gustavo Veiga Seduvin - Assuntos Ambientais

Gil Francisco de Paula Xavier Fernandes Guerra - Comunicação Social

Hadja Rayanne Holanda de Alencar - Prerrogativas

Maria de Fátima dos Santos Gomes Muniz de Oliveira - Cultural

Maria Madalena Telesca - Assuntos Legislativos Trabalhistas

Nartir Dantas Weber - Interiorização

Nelson Missias de Moraes - Legislativo

Paulo Mello Feijó - Efetividade da Jurisdição

Ricardo de Araújo Barreto - Direitos Humanos

Sérgio Luiz Junkes - Institucional

Wilson da Silva Dias - Administrativo

Conselho Fiscal

Helvécio de Brito Maia Neto

Luiz Gonzaga Mendes Marques

Hermínia Maria Silveira Azoury

Coordenadoria da Justiça Estadual

Gervásio Protásio dos Santos Júnior

Coordenadoria da Justiça Federal

Rogério Favreto

Coordenadoria da Justiça do Trabalho

Antônio Oldemar Coêlho dos Santos

Coordenadora-adjunta da Justiça do Trabalho

Patrícia Almeida Ramos

Coordenadoria da Justiça Militar

Edmundo Franca de Oliveira

Coordenadoria dos Aposentados

Nelma Torres Padilha

Coordenador-adjunto dos Aposentados

Írio Grolli



TEMAS ATUAIS E DESAFIADORES GARANTEM ÊXITO DO CONGRESSO

O XXII Congresso Brasileiro de Magistrados ocorrido entre os dias 29 e 30 de outubro de 2015, em Rio Quente (GO), representa mais uma etapa importante cumprida da nossa gestão. Graças ao trabalho competente e incansável das Comissões Executiva e Científica nomeadas, e a parceria da Associação dos Magistrados do Estado de Goiás (Asmegeo), a AMB pode oferecer aos mais de 1.500 congressistas um evento memorável, sobretudo pela qualidade de sua grade científica. Com o tema central "O Poder Judiciário e a Consolidação da Democracia: O Papel da Justiça na Sociedade Contemporânea", as conferências, painéis e oficinas especiais tiveram uma excelente participação, evidenciada pela lotação dos ambientes de trabalho.

Temas atuais e desafiadores, como o Direito e a Transformação Social; Segurança Pública e Poder Judiciário; Democratização do Sistema de Justiça; Solução de Conflitos: Justiça e Sociedade; O Magistrado e o Novo Código de Processo Civil; Valorização da Magistratura; As Ações Coletivas e o Excesso de Litigância no Judiciário Brasileiro e os Desafios na Efetivação dos Direitos Humanos e Fundamentais, além de práticas inovadoras e o papel da magistratura diante da complexidade do nosso tempo, foram pautados e debatidos por um elenco de doutrinadores que representam a vanguarda do pensamento jurídico e sociológico no país.

Não seria exagero definir o Congresso como o mais importante da magistratura brasileira, no âmbito estratégico, para construirmos políticas mais permanentes e eficazes à Justiça do país. Mostramos o quanto a nossa magistratura está disposta a enfrentar as questões mais difíceis que temos hoje.

O ambiente de pura efervescência doutrinária que se estabeleceu nos três dias de encontro, embalou uma dinâmica de difusão de experiências que poderão ser multiplicadas nos vários cantos do país. Essa impressão é que nos anima a concluir que o evento foi muito exitoso. Êxito gravado e motivado pela participação ativa de cada congressista e dos funcionários da AMB que não mediram esforços para o sucesso do Congresso. Parabéns a todos e todas!

Boa leitura!

João Ricardo Costa
Presidente da AMB

**"A AMB pode oferecer
aos mais de 1.500
congressistas um evento
memorável, sobretudo
pela qualidade de sua
grade científica"**

ÍNDICE



AMB Informa
ESPECIAL

XXII
CONGRESSO BRASILEIRO
DE MAGISTRADOS
O Poder Judiciário e a Consolidação da Democracia:
O Papel da Justiça na Sociedade Contemporânea

CERIMÔNIA DE ABERTURA

PAPEL DA JUSTIÇA NO FORTALECIMENTO
DA DEMOCRACIA É DESTAQUE
NA ABERTURA DO CONGRESSO

6

HOMENAGEM MARCADA PELA EMOÇÃO

8

UM NOVO OLHAR

9

CONFERÊNCIAS

PALESTRA DE BARROSO ABRE XXII CBM
COM DEBATE SOBRE O DIREITO E A
TRANSFORMAÇÃO SOCIAL _____ **10**

OS GARGALOS DA SEGURANÇA _____ **11**

DEMOCRATIZAÇÃO DO
SISTEMA DE JUSTIÇA _____ **12**

PAINÉIS

JUSTIÇA E SOCIEDADE _____ **13**

MINISTROS FALAM DE CONCILIAÇÃO
E ARBITRAGEM _____ **14**

DEBATES SOBRE O NOVO CPC _____ **15**

PAINÉIS

EXCESSO DE LITÍGIO PREOCUPA MAGISTRADOS _____	16
PAINEL ABORDA VALORIZAÇÃO DA MAGISTRATURA _____	17
ESPECIALISTAS DISCUTEM DIREITOS HUMANOS E FUNDAMENTAIS _____	18

OFICINAS

COMPARTILHAR EXPERIÊNCIAS _____	19
APRENDIZAGEM NA PRÁTICA _____	20

ENCERRAMENTO

CONFERÊNCIA DE ENCERRAMENTO ABORDA JUSTIÇA DE FORO ÍNTIMO X CUMPRIMENTO ÀS LEIS _____	21
---	-----------

LANÇAMENTOS

MAGISTRADOS RECEBEM GUIA DE CURSOS ENM 2016 E OUTROS LANÇAMENTOS _____	22
---	-----------

ASSEMBLEIA

CONCLUSÃO _____	24
TESES APROVADAS _____	25

NA MÍDIA

IMPrensa PRESTIGIA XXII CONGRESSO BRASILEIRO DE MAGISTRADOS _____	26
--	-----------

RECONHECIMENTO

PARCERIA E DEDICAÇÃO _____	27
----------------------------	-----------

REDES SOCIAIS

POSTS _____	28
-------------	-----------

CONFRATERNIZAÇÃO

SERTANEJOS NO CONGRESSO _____	30
-------------------------------	-----------

COMISSÕES



PAPEL DA JUSTIÇA NO FORTALECIMENTO DA DEMOCRACIA É DESTAQUE NA ABERTURA DO CONGRESSO



João Ricardo Costa
e o ministro Ricardo
Lewandowski abrem o
XXII CBM, em Caldas Novas

Luciana Salimen

Mais de 1.500 pessoas, entre magistrados, autoridades, ministros e políticos, prestigiaram a abertura do XXII Congresso Brasileiro de Magistrados na noite de 29 de outubro, em Caldas Novas (GO). A cerimônia teve início com discurso do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Ricardo Lewandowski.

O ministro cumprimentou o presidente da AMB, João Ricardo Costa, e destacou seu trabalho em prol da magistratura. "O João Ricardo tem sido onipresente no Congresso Nacional, no STF, CNJ, junto ao Poder Executivo, sempre defendendo os interesses da nossa categoria. Sou presidente do STF e CNJ, mas antes sou magistrado e membro da AMB há muitos anos".

Lewandowski falou também sobre a relevância do evento e da temática central escolhida – O Poder Judiciário e a Consolidação da Democracia: O Papel da Justiça na Sociedade Contemporânea. "Não há, neste momento atual, tema mais importante do que esse. Vivemos um impasse, uma crise e precisamos debater sobre a democracia", disse.

O presidente do STF e CNJ lembrou fatos históricos e afirmou que, em pleno século 21, o Brasil ainda está preso a conceitos do século 18. "Se queremos progredir, não devemos repetir a história. Temos que fazer história", decretou.

João Ricardo Costa falou em seguida e fez um resgate do intenso trabalho desenvolvido pela diretoria da entidade ao longo de sua gestão, que

culminaram em importantes vitórias e avanços.

"O ano de 2014 foi pautado pela construção de uma excelente interlocução no Parlamento [...]. Não podemos esquecer o compromisso com os nossos associados em relação à política remuneratória, que atende pontos dogmáticos, como simetria e pa-

ridade, porque não podemos aceitar a desvalorização da nossa carreira, tampouco tratamento diferenciado entre juízes da ativa, aposentados e pensionistas. Temos uma carreira única, com limitações muito acentuadas no âmbito dos direitos civis", ressaltou.

João Ricardo também destacou as lutas da associação pela democratização plena do Poder Judiciário brasileiro e pelo fim da cultura da litigiosidade no Brasil. Em relação ao Congresso, o magistrado sintetizou o objetivo da entidade.

"A grade científica é estratégica na definição do papel da magistratura brasileira para construir uma nação nos moldes definidos pela Constituição cidadã. As discussões estarão na órbita das seguintes indagações: Qual é o papel dos juízes e



O presidente do STF e do CNJ ministro Ricardo Lewandowski



A mesa de abertura do XXII CBM composta por ministros, magistrados e políticos



João Ricardo Costa e Gilmar Coelho



Mais de 1.500 pessoas prestigiaram a abertura do evento

juízas brasileiros na consolidação da democracia na sociedade contemporânea? O que os destinatários dos nossos serviços esperam do Judiciário? [...] É permanente o desafio de reinventar as nossas instituições e o Poder Judiciário, na atual quadra histórica, figura na condição de destinatário da maior tensão social, porque cabe a ele a tarefa de realizar as promessas do último movimento constituinte".

Por fim, o presidente da AMB falou sobre a fundamental independência da magistratura para a consolidação da democracia brasileira. "Estarmos organizados em uma entidade como a AMB é o sinal alentador a toda sociedade que estamos dispostos a realizar a nossa tarefa na construção de uma democracia substancial no Brasil".

O presidente da Associação dos Magistrados do Estado de Goiás (Asmeço), Gilmar Coelho, agradeceu a oportunidade de sediar o Congresso e deu especial atenção aos temas abordados no evento. "AMB e As-

meço estão reunindo expoentes de diversas áreas e vamos debater a democratização da Justiça, o excesso de litigância, tudo o que envolve a nossa realidade. É uma oportunidade única de discutirmos e avançarmos em questões fundamentais".

Para o vice-governador de Goiás, José Eliton de Figuerêdo Júnior, o evento "é uma excelente chance para discutir um Brasil melhor". A opinião foi compartilhada pelo presidente do Tribunal de Justiça de Goiás (TJGO), Leobino Valente Chaves: "Melhor escolha não se poderia fazer numa época em que todos ansiamos pela retomada da estabilidade social, política e econômica".

Ainda compuseram a mesa de abertura o presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, Aldon do Vale Alves Taglialegna; a deputada federal Magda Mofatto; o ministro do STJ Luis Felipe Salomão; a ministra do TST Delaíde Arantes; e o procurador-geral de Justiça de Goiás, Lauro Machado.

Veja abaixo os depoimentos:



"Estes encontros são extremamente relevantes. Um momento não apenas de confraternização, mas de atualização de informações, sobretudo a respeito de temas importantes para o país e para o Judiciário"

Ricardo Lewandowski, presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça



"Esta reunião marca a função que o Judiciário tem hoje para o país. É um evento muito importante, estou contente de estar mais uma vez"

Luis Felipe Salomão, ministro do Superior Tribunal de Justiça



"Os temas de discussão são muito importantes, e isso o presidente João Ricardo tem procurado realizar com primor em todos os eventos. Este é o momento em que precisamos estar vigilantes, ressaltando a importância do papel do Poder Judiciário e do diálogo com a sociedade"

Delaíde Arantes, ministra do Tribunal Superior do Trabalho



"É uma grande satisfação que este evento esteja acontecendo em Caldas Novas. É um prazer receber o Poder Judiciário do país num evento deste porte"

Magda Mofatto (PR-GO), deputada federal



"É uma honra sermos hoje a capital nacional da Justiça. Somos parceiros destes eventos para que a magistratura possa discutir e encontrar caminhos para aprimorar a aplicação da Justiça em nosso país"

Evandro Magal (PP-GO), prefeito de Caldas Novas



"Este encontro da magistratura brasileira aqui, em Caldas Novas, vem para ser um espaço de debates a partir da consolidação do Estado Democrático de Direito e o fortalecimento das instituições"

José Eliton de Figuerêdo Júnior, vice-governador do Estado de Goiás

HOMENAGEM MARCADA PELA EMOÇÃO

Seis pessoas receberam comendas da AMB durante a cerimônia de abertura do XXII CBM devido ao trabalho em defesa e valorização da magistratura

Márcia Delgado

A emoção tomou conta da cerimônia de abertura do XXII Congresso Brasileiro de Magistrados, na noite de 29 de outubro. A AMB aproveitou a envergadura do evento para homenagear aqueles que se destacaram e ainda se destacam na defesa e valorização da magistratura brasileira. Os seis indicados receberam comendas das mãos do presidente, João Ricardo Costa.

A diretora do Departamento de Pensionistas da AMB, Eneida Terezinha Barbosa, foi uma das homenageadas. Seu trabalho em defesa das pensionistas dura mais de 20 anos e foi reconhecido pela AMB num gesto que a deixou bastante emocionada. O juiz acreano Raimundo Nonato também recebeu a comenda pelo pioneirismo no combate ao nepotismo no Poder Judiciário. O magistrado foi ovacionado por mais de 1.500 presentes na plateia.

Defensor dos direitos das minorias, o juiz federal de primeiro grau de Porto Alegre (RS) Roger Raupp Rios recebeu a honraria, assim como a juíza do trabalho de primeiro grau em Belém (PA) Maria Zuila Lima Dutra, que foi homenageada por sua luta contra o trabalho escravo e infantil. Já o juiz Douglas de Melo Martins, de São Luís (MA), recebeu a comenda pela atuação na área de execução penal. A filha do magistrado, Amanda Moraes Martins, o representou na cerimônia.

O desembargador aposentado Rêmulo Leteriello, do Mato Grosso do Sul, recebeu a homenagem da AMB. Militante das causas dos juizados especiais, o magistrado disse que a emoção é a mesma do início da carreira. Veja a seguir os depoimentos dos homenageados.



"Me sinto muito lisonjeada. Jamais esperava uma homenagem dessas da AMB. Mas eu quero dividir essa homenagem com o presidente da associação, dr. João Ricardo, sua diretoria, as pensionistas, os funcionários da AMB e todos aqueles que deram o meu nome e me escolheram"

Eneida Terezinha Barbosa, diretora do Departamento de Pensionistas da AMB



"Me sinto homenageado pessoalmente, mas essa também é uma homenagem para a magistratura do Estado do Acre, que é um estado pequeno, forte, independente, que sempre procura agir dentro dos princípios democráticos"

Raimundo Nonato, juiz acreano



"É uma honra e um reforço para que nós, juízes, como operadores do direito e cidadãos, possamos fazer uma sociedade mais democrática"

Roger Raupp Rios, juiz federal de primeiro grau de Porto Alegre (RS)



"Tenho três sentimentos: primeiro, de emoção; segundo, de uma honra muito grande de ser homenageado pela segunda vez pela AMB; e terceiro, de gratidão, pelo reconhecimento do modesto serviço que prestei à magistratura brasileira"

Rêmulo Leteriello, desembargador aposentado do Mato Grosso Sul



"Essa homenagem só aumenta a minha responsabilidade e o meu compromisso com essa luta contra o trabalho infantil e contra o trabalho escravo. A AMB está de parabéns por reconhecer o trabalho dessas pessoas que se dedicam às causas sociais"

Maria Zuila Lima Dutra, juíza do trabalho de primeiro grau em Belém (PA)



"É um prazer, um reconhecimento importante para o ofício que ele pratica com tanta dedicação"

Amanda Moraes Martins, filha do juiz Douglas de Melo Martins, de São Luís (MA)



UM NOVO OLHAR



Vencedora do concurso de fotografia recebeu premiação no XXII Congresso Brasileiro

Tatiana Damasceno

Um dos momentos da cerimônia de abertura do XXII Congresso Brasileiro de Magistrados foi a entrega da premiação do III Concurso Nacional de Fotografia para Magistrados.

Com o tema "Olhar com uma nova perspectiva sobre o sistema penitenciário", a intenção foi promover a integração entre os magistra-

dos, revelando o lado artístico de cada um.

O primeiro lugar ficou com a juíza do Tribunal de Justiça da Paraíba Hygina Josita Simões de Almeida, com a fotografia "Vigiar e punir, dando lugar a maquiagem e sorrir, nas oficinas de beleza do presídio feminino". Ela recebeu o prêmio das mãos da vice-presidente Cultural da AMB, juíza Maria



Hygina de Almeida mostrou outro lado do presídio feminino

de Fátima dos Santos Gomes Muniz de Oliveira.

"Congratulamos a colega Hygina por ter vencido o concurso, com um tema tão sensível à nossa realidade, que é o novo olhar sobre o sistema penitenciário. Ela é uma magistrada atuante e trouxe a perspectiva que mesmo as pessoas encarceradas podem conseguir a dignidade e o respeito que por ventura tenham perdido", afirmou Maria de Fátima.

Para a vencedora, a premiação trouxe a valorização do trabalho desenvolvido pelos juízes penais. A foto feita pela magis-

trada registra um momento de uma oficina de maquiagem e cabelo realizada com detentas. "Elas estavam aprendendo um ofício que gera esperança de saírem de lá e fazerem algo melhor", disse. "É um reconhecimento do meu trabalho junto à vara da execução penal em João Pessoa, na Paraíba. Essa foto foi tirada em um momento bem especial e reflete o papel do juiz na atualidade", declarou.

Em segundo lugar na premiação, ficou o juiz Wagner José de Abreu Pereira, de Minas Gerais, com a fotografia "A força da fé na ressocialização dos detentos". No terceiro, o juiz Sidinei José Brzuska, do Rio Grande do Sul, com a imagem "Alimentação".



1º

Foto: "Vigiar e punir, dando lugar a maquiagem e sorrir, nas oficinas de beleza do presídio feminino", de Hygina Josita Simões de Almeida



2º

Foto: "A força da fé na ressocialização dos detentos", de Wagner José de Abreu Pereira



3º

Foto: "Alimentação", de Sidinei José Brzuska

PALESTRA DE BARROSO ABRE XXII CBM COM DEBATE SOBRE O DIREITO E A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Ministro destacou mudança no papel dos juizes e o excesso de litigio no Brasil

Luciana Salimen

O aumento da subjetividade judicial e a consequente mudança no papel dos juizes foi um dos temas abordados na palestra de abertura do XXII Congresso Brasileiro de Magistrados, conduzida pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luís Roberto Barroso.

“O papel do juiz era, no passado, de identificar as normas aplicáveis e fazer valer nos casos concretos a solução que o legislador ou o constituinte já havia previsto nas leis. Esta função foi sendo acoplada a um outro papel, uma vez que a sociedade contemporânea é marcada pela complexidade, pluralismo e diversidade. Em múltiplos casos, o juiz se torna um coparticipante no processo de criação do Direito naquelas situações para as quais não existe uma solução pré-pronta”, explicou.

Sobre pontos problemáticos no país, Barroso destacou o sistema eleitoral - já

que menos de 10% dos deputados federais são eleitos com votação própria, e sim pela transferência de votos do partido - o sistema punitivo - que “é feito para pegar pobre” - e o sistema recursal brasileiro, que contribui para o congestionamento judicial.

“Vivemos uma epidemia de processos no país. Se por um lado isso significa que os cidadãos estão cientes de seus direitos e confiam no Judiciário, por outro revela que os conflitos não estão sendo resolvidos com acordos ou administrativamente, como deveria ser”, afirmou.

O ministro enfatizou que não há estrutura que dê conta de tamanha demanda. “O volume ultrapassa a capacidade física razoável das pessoas. E o maior cliente individual é o poder público, que litiga de forma que sobrecarrega o sistema e faz mal para a Justiça. Ninguém pode achar que o litigio seja a forma natural de viver a



Ministro Luís Roberto Barroso na palestra de abertura do XXII CBM



Cláudio dell'Orto entregou o certificado do Congresso ao ministro Barroso

vida e de uma democracia fluir com naturalidade. No futuro, o grande advogado vai ser aquele que não propõe uma ação judicial”.

Barroso ainda falou sobre a atuação do Supremo, que, segundo ele, desempenha três papéis diferentes: o contramajoritário, já que pode invalidar atos do Poder Executivo e do Poder Legislativo; o representativo, em situações em que o STF aten-

de demandas sociais que não foram contempladas em tempo pelo processo político majoritário, como no caso do fim do nepotismo no serviço público, uma decisão histórica possível graças a um pedido da AMB; e o papel que ele chama de iluminista, em casos em que o Supremo “dá uma empurrada na história quando ela emperra”, o que aconteceu na decisão das uniões homoafetivas.

OS GARGALOS DA SEGURANÇA

Governador de Goiás e professor da UERJ destacaram “Segurança Pública e o Poder Judiciário”

Márcia Delgado

Tema relevante e preocupante para a sociedade, a segurança pública foi alvo de discussões no XXII Congresso Brasileiro de Magistrados. O debate foi mediado pelo presidente da AMB, João Ricardo Costa, e contou com as participações do governador de Goiás, Marconi Perillo, e do professor da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) Daniel Sarmiento.

O primeiro a falar sobre “Segurança Pública e o Poder Judiciário” foi o governador de Goiás. Depois de dar



Governador de Goiás contou que seu Estado já aderiu ao projeto de audiência de custódia



Daniel Sarmiento fez um retrato fiel do sistema carcerário brasileiro



Presidente da AMB mediou debate com participação de Marconi Perillo e Daniel Sarmiento

boas-vindas aos magistrados e agradecer a AMB por ter escolhido o Estado para realização do maior evento da magistratura brasileira, Perillo defendeu a vinculação constitucional de recursos para a área. “A responsabilidade da segurança do cidadão, nos últimos anos, ficou sob responsabilidade quase que exclusiva dos governos estaduais. Daí as dificuldades que enfrentamos

nessa área” afirmou.

O governador disse ainda que Goiás já aderiu ao projeto de audiência de custódia e os resultados positivos já começam a aparecer. De acordo com Perillo, desde que foi adotada a medida, o Estado conseguiu reduzir em 58% o fluxo de entrada do sistema prisional. “Diante falta de vagas no sistema prisional, chegamos à conclusão que esse seria um caminho alternativo”, ressaltou o governador.

O segundo a falar foi o professor da UERJ Daniel Sarmiento. Ele fez um retrato fiel do sistema carcerário brasileiro. Disse que os mais de 600 mil presos vivem em celas insalubres, amontoados, com frequência dormem uns em cima dos outros, são expostos às violências física e sexual, e não têm acesso adequado à Justiça, saúde e até mesmo

a necessidades básicas, como água potável.

De acordo com Sarmiento, “mandar um preso para o sistema prisional é mandá-lo para o inferno”. “Isso tem de ser levado em consideração na hora de se decidir sobre as prisões provisórias. O Poder Judiciário vem dando uma contribuição grande para a democracia brasileira e é fundamental que passe a fazê-lo nessa área, pois estamos tratando dos excluídos dos excluídos. O Poder Judiciário precisa fazer parte da solução e não só do problema”, ressaltou.

João Ricardo concluiu o debate dizendo que a questão do sistema carcerário preocupa a magistratura, tanto é que a AMB tem uma Comissão de Direitos Humanos bastante atuante, que acompanha e debate esse tema cotidianamente com outras instituições.

DEMOCRATIZAÇÃO DO SISTEMA DE JUSTIÇA

Especialistas falaram sobre a história da Justiça brasileira e suas transformações

Luciana Salimen

Os professores José Reinaldo de Lima Lopes e Oscar Vilhena ministraram o painel “Democratização do Sistema de Justiça”, mediado pela vice-presidente de Prerrogativas da AMB, Hadja Rayanne.

José Reinaldo abordou a Justiça dentro do Estado Democrático e falou sobre a formação histórica da magistratura e os desafios contemporâneos. O professor da USP dissertou sobre o nascimento da Justiça brasileira e como se deu a transformação da carreira desde o século XIX, especialmente na questão da independência do Poder Judiciário.

Em relação aos desafios contemporâneos, José Reinaldo discorreu sobre a questão interpretação *versus* compreensão. “Nós somos herdeiros de uma cultura que diz que toda lei precisa ser interpretada. Mas é parte do desafio



Os painelistas e a mediadora, a vice-presidente de Prerrogativas da AMB, Hadja Rayanne

contemporâneo repensarmos, em termos de ensino, esta ideia de que a interpretação é aberta e subjetiva. Compreender significa dominar uma técnica, e isto não é interpretar”.

O diretor e professor da FGV-SP Oscar Vilhena falou sobre a forma que o STF tem

interagido com a democracia brasileira a partir da Constituição de 1988. Vilhena também contextualizou historicamente os sistemas de democratização no Brasil e em outros países, de forma a traçar um paralelo entre o funcionamento de tribunais de cúpula no mundo.

Para ele, o Supremo tem competências superlativas – o que deve ser revisto. “O STF é um tipo muito diferenciado de Corte de ápice. Acumula funções de Corte constitucional, tribunal de apelação, tribunal de instância especializada das autoridades mais importantes do país. Não conheço outro tribunal do mundo que acumule estas funções. É preciso que haja uma reforma de natureza institucional para desconcentrar poderes das mãos do STF. Ele precisa, por exemplo, deixar de ser um órgão recursal”, defendeu.



O diretor e professor da FGV-SP Oscar Vilhena



José Reinaldo de Lima Lopes, professor da USP

JUSTIÇA E SOCIEDADE

Painel II tratou de questões como a violência, projetos comunitários desenvolvidos pelo Poder Judiciário e novo papel do juiz



Sérgio Adorno, Gláucia Foley e Nuno Coelho durante painel mediado pelo juiz Wilson Dias

Márcia Delgado

A relação entre a Justiça e sociedade foi uma das discussões feitas pelos participantes do Painel II, que reuniu o professor da Universidade de São Paulo (USP) Sérgio Adorno, a juíza brasileira Gláucia Falsarella Foley e o desembargador Nuno Coelho, de Portugal.

O primeiro a falar no painel "Justiça e Sociedade: Percepções e Experiências" foi o professor Sérgio Adorno, que atualmente é professor titular em Sociologia e diretor da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), além de coordenador científico do Núcleo de Estudos da Violência da USP. Adorno abriu

sua fala com uma frase de impacto: "Há algo que nos divide – a violência". "A despeito da imagem de que somos uma sociedade unificada, a violência nos divide", reforçou.

O professor fez um apinhado sobre a violência no Brasil desde a década de 1970. Disse que os crimes graves, como homicídio, cresceram assustadoramente, assim como os relacionados ao patrimônio. E afirmou ainda, com base em uma pesquisa feita por ele no estado de São Paulo, que a Justiça "precisa responder às demandas da sociedade com mais justiça e menos punição".

A segunda a falar foi a juíza Gláucia Foley, que coordena o Programa Justiça Comunitária do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT). Ela disse que a premissa do projeto desenvolvido no DF há 15 anos é o papel da sociedade na cons-



Gláucia falou sobre o Programa Justiça Comunitária do TJDFT

trução da Justiça. "A Justiça Comunitária é para a comunidade, na comunidade e pela comunidade", destacou.

A partir de formação de agentes comunitários, é a própria comunidade quem trabalha na mediação de conflitos e no esclarecimento de direitos aos cidadãos. A ideia, de acordo com a juíza, é transformar o conflito em transformação social.

O último a expor suas ideias foi o desembargador Nuno Coelho, atual presidente do Conselho da União Internacional dos Juizes de Língua Portuguesa (UIJLP). Ele disse que a sociedade exige um novo perfil de Justiça e, em função disso, o ofício e a função do juiz têm sido ampliados. "O juiz vem como mediador, conciliador, com uma articulação mais rica na Justiça comunitária. Se o direito não servir para a vida das pessoas, não serve para nada", finalizou. O debate foi mediado pelo juiz Wilson Dias, vice-presidente Administrativo da AMB.

MINISTROS FALAM DE CONCILIAÇÃO E ARBITRAGEM

Dados do estudo “O Uso da Justiça e o Litígio no Brasil” foram destacados durante palestra do ministro Salomão

Renata Brandão

No painel Solução de Conflitos: Conciliação e Arbitragem, o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Luis Felipe Salomão abordou a evolução da Jurisdição: da autotutela às garantias da magistratura. Para ele, a questão não é nova no mundo, pois ativa a proteção dos direitos fundamentais, iniciada com a Suprema Corte Americana há mais de 200 anos.

O ministro destacou que nos últimos 26 anos, enquanto o número de processos ajuizados multiplicou-se em mais de 80 vezes, o número de juizes não chegou a quadruplicar, de 4.900 juizes em 1988, para 16.927 em 2014.

“Em média, o Brasil possui a segunda maior carga de trabalho do mundo, 4.616 processos por juiz, e a maior taxa de congestionamento, 70%, malgrado o terceiro lugar em produtividade, segundo dados de 2008”, explicou o ministro Salomão.

Na ocasião, ele destacou o movimento “Não Deixe o Judiciário Parar”, baseado no estudo da AMB “O Uso da Justiça e o Litígio no Brasil”. Ressaltou os dados da pesquisa ao afirmar que, em São Paulo, 40% de todos os processos do país, mais da metade das ações é ajuizada pelo Poder Público, e ainda que os maiores demandantes se concentram no setor financeiro e de telefonia, com mais de 50% das ações concentradas.

Ao finalizar a sua explanação, Salomão disse que as soluções extrajudiciais de resolução de conflitos não crescem à sombra do insucesso ou não da jurisdição estatal. “Ao contrário, representam o avanço do processo civilizatório da humanidade, que de maneira consciente busca mecanismos de pacificação social eficientes. Indiretamente, carrega perspectiva de racionalidade para a jurisdição estatal, hoje asso-



Paulo Feijó presidiu o painel com a participação dos ministros Salomão e Buzzi



Mozart Valadares entregou certificados aos ministros Salomão e Buzzi

berbada com o volume de processos”, frisou.

Em seguida, o ministro Marco Aurélio Buzzi, do STJ, iniciou sua fala destacando a produtividade dos juizes e os processos baixados entre 2012 e 2014. No ano passado, foram quase 27 milhões. Ele citou também a Resolução 125/2010 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que dispõe sobre a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário.

Sobre a taxa anual de congestionamento, o ministro Buzzi disse que a Justiça Estadual teve 74,2%; a Justiça Federal, 70,5%; e a Justiça

do Trabalho, 49%. “No Brasil, a expressão procurar Justiça ainda é sinônimo de ajuizar ação judicial”, pontuou.

Buzzi alertou que os números do CNJ justificam a necessidade de implementação dos Cejusc. “Precisamos dar oportunidade às pessoas mais carentes para que consigam resolver seus problemas num tempo mais breve. Precisamos desafogar o Judiciário”, finalizou.

O vice-presidente de Efetividade da Jurisdição, Paulo Feijó, presidiu a mesa. Após as palestras, os participantes fizeram perguntas. Em seguida, o ex-presidente da AMB Mozart Valadares entregou certificados aos palestrantes.



DEBATES SOBRE O NOVO CPC

Pontos divergentes e de grande impacto à magistratura foram esclarecidos pelos painelistas



O juiz português José Igreja Matos, vice-presidente da UIM



Juizes debateram sobre novo CPC

Luciana Salimen

Questões polêmicas e de grande relevância no dia a dia dos magistrados relativas ao novo Código de Processo Civil (CPC) foram discutidas no painel O Magistrado e o Novo CPC. O debate reuniu juízes estudiosos do tema e teve a coordenação da vice-presidente de Assuntos Legislativos Trabalhistas da AMB, Maria Madalena Telesca.

O juiz do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) Fernando da Fonseca Gajardoni falou sobre a flexibilização procedimental, desmembrando-a em seus quatro modelos: flexibilização procedimental legal genérica; flexibilização procedimental legal alternativa; flexibilização procedimental judicial; e flexibilização procedimental voluntária ou convencional.

Segundo Gajardoni, o novo CPC adota expressamente o modelo da flexibilização legal genérica, porém mitigada. “O

juiz dirigirá o processo conforme as disposições deste Código, incumbindo-lhe dilatar os prazos processuais e alterar a ordem de produção dos meios de prova”.

O desembargador Marcos Alaor, do Tribunal de Justiça de Rondônia (TJRO), abordou os precedentes de jurisprudência e propôs travar uma guerra contra o volume de serviço. Alaor defende a necessidade de se trabalhar a ideia de julgamentos por precedentes. “Precisamos de um novo modelo de tomada de decisões

que nos permita agir com rapidez e eficiência para garantir segurança jurídica. Ninguém sabe como se forma a jurisprudência no Brasil. Casos semelhantes ou iguais precisam de soluções comuns”, disse.

Já o juiz português José Igreja Matos, vice-presidente da União Internacional de Magistrados (UIM), trouxe uma visão ampla sobre modelos de processo civil em países da Europa e fez algumas comparações com o Brasil ao falar sobre o juiz no processo civil moderno. Ele considera que vi-

vemos uma crise das leis e que a qualidade da Justiça valida-se pela atuação de seus agentes.

“Para termos celeridade, o juiz precisa ter poderes reais de direção e gestão. Um CPC moderno deve ter uma visão do processo a partir do pensamento dos juízes, do Judiciário, que traga dinamismo e um sentir social como contrabalanço a uma teorização enredada e labiríntica que ignora a dimensão de uma justiça em prazo razoável. Nestas matérias cruciais para a cidadania pede-se aos juízes um papel ativo, forte e determinado”, concluiu.

Por fim, o juiz Thiago Brandão, do Tribunal de Justiça do Piauí (TJPI), abordou a tutela provisória, que está na parte geral do novo Código. “O novo CPC traz duas espécies de tutela provisória, de urgência e de evidência. Um dos pontos positivos é que ele é mais didático”, apontou.



Os painelistas e a vice-presidente de Assuntos Legislativos Trabalhistas da AMB, Maria Madalena Telesca, coordenadora do debate

EXCESSO DE LITÍGIO PREOCUPA MAGISTRADOS

Um dos painéis do XXII CBM tratou das ações coletivas e o excesso de litigância no Judiciário Brasileiro



Nartir Dantas presidiu painel sobre as ações coletivas e o excesso de litigância

Márcia Delgado

O excesso de litigância é um assunto que preocupa os magistrados brasileiros. A prova disso é que a AMB desenvolve a campanha “Não Deixe o Judiciário Parar” que mostra que, a cada cinco segundos, um novo processo chega à Justiça. Destes, mais de 40% não deveriam estar lá se as empresas e órgãos públicos respeitassem os direitos dos consumidores. O tema é tão relevante que dominou um debate disputado no Painel V do XXII Congresso Brasileiro de Magistrados.

O painel As Ações Coletivas e o Excesso de Litigância no Judiciário Brasileiro contou com a presença do advogado e professor de Direito da Universidade de Itaúna (UIT-MG) e da Universidade Paranaense (Unipar-PR) Luiz Manoel Gomes Junior. Entre outros pontos, ele disse que não se pode ver o jurisdicionado como um inimigo. “O jurisdicionado é aquele que busca o serviço forense para a proteção dos seus direitos. Essa chamada foi feita pela

Constituição: ‘reclame os seus direitos’. E é isso que o jurisdicionado faz”, ressaltou. Ele finalizou pedindo aos juízes que, diante do excesso de litigância, priorizem as ações coletivas.

O segundo a falar foi o procurador da República Sérgio Arenhart, professor adjunto de Direito Processual Civil da Universidade Federal do Paraná (UFPR), além de membro da International Association of Procedural Law (IAPL), do Instituto Iberoamericano de Derecho Procesal (IIBDP) e do Instituto Brasileiro de Direito Processual (IBDB). Ele lembrou que, entre o alto volume de processos em tramitação na Justiça, muitos deles são demandas repetitivas. “Há um problema fundamental, que é saber o que leva o Poder Judiciário a discutir o mesmo assunto milhares de vezes.”

A última a falar foi a professora Ada Pellegrini Grinover, titular de Direito Processual Penal na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), onde rege os cursos de pós-graduação, e doutora “honoris causa” pela Universidade de Milão. Mediado pela vice-presidente de Interiorização da AMB, Nartir Dantas Weber, o Painel V foi um dos mais concorridos da tarde.

A professora Ada abordou mais as questões relacionadas a ações coletivas. Ela disse que as partes não sabem litigar em matérias coletivas. “É preciso reconhecer que no Brasil há uma predominância nefasta das demandas individuais que assoberbam o Judiciário”, disse. A reflexão feita pela professora é de que todos os operadores do Direito devem fazer um olhar coletivo sobre a questão.



Professora Ada destacou questões relacionadas a ações coletivas

PAINEL ABORDA VALORIZAÇÃO DA MAGISTRATURA

Maria Tereza Sadek, Gervásio Santos e Sérgio Junkes falaram sobre o Judiciário e os desafios



Sadek destacou dados do estudo da AMB "O Uso da Justiça e o Litígio no Brasil"



Gervásio abordou sobre o Judiciário e a imprensa e os desafios



Sérgio reforçou a importância da pesquisa realizada pela AMB

Renata Brandão

A cientista política e professora Maria Tereza Sadek, da USP, foi a primeira palestrante do Painel Valorização da Magistratura. Ela fez uma explanação dos dados estatísticos do estudo da AMB "O Uso da Justiça e o Litígio no Brasil", que teve a sua coordenação.

Sadek detalhou como foi realizada a pesquisa e informou que o levantamento inédito revela como a Justiça vem sendo utilizada por importantes setores do país e os principais responsáveis pela concentração do litígio entre os 100 maiores litigantes.

"Nenhum serviço público tem tanta demanda quanto o Poder Judiciário. Esse estudo é um divisor de águas porque apresenta dados relativos ao primeiro e segundo graus e as turmas recur-

sais tanto dos demandantes quanto dos demandados", disse a professora.

Realizado em 11 unidades da Federação, o estudo aponta uma alta concentração de processos. No topo do ranking estão o poder público (municipal, estadual e federal), bancos e instituições de crédito, seguidos pelo setor de telefonia e comunicações.

Em seguida, o coordenador da Justiça Estadual da AMB, Gervásio Santos, abordou sobre o Judiciário e a imprensa e os desafios. "O Judiciário ideal deve ser autônomo, independente, valorizado e essencial à estabilidade do Estado Democrático de Direito", disse.

No que se refere aos desafios do Judiciário, Gervásio afirmou que é preciso melho-

rar a gestão e democratizar o Poder Judiciário; efetivar a priorização do primeiro grau com uma distribuição equânime e proporcional às demandas dos recursos disponíveis; racionalizar a prestação jurisdicional e a produtividade.

O último painelista foi o vice-presidente Institucional da AMB, Sérgio Junkes, que reforçou a importância da pesquisa da entidade, que teve como base informações fornecidas a partir do banco de dados dos tribunais participantes. "Precisamos mudar essa realidade de excesso de litigiosidade por parte de poucos segmentos que sobrecarregam demasiadamente os juízes com a carga de trabalho e também emperram o Judiciário", disse. O vice-presidente Legislativo, Nelson Missias, presidiu a mesa.



Nelson Missias com os painelistas Maria Tereza Sadek, Gervásio Santos e Sérgio Junkes

ESPECIALISTAS DISCUTEM DIREITOS HUMANOS E FUNDAMENTAIS

As discussões abordaram diferentes aspectos relativos ao tema



O professor Eugênio Pacelli ressaltou temas que podem ser compartilhados com a prática jurídica



Os painelistas e o mediador, o vice-presidente de Direitos Humanos da AMB, Ricardo Barreto



A professora Jane Beltrão e o juiz Roger Raupp Rios, do TRF4



A professora Débora Diniz destacou a discussão sobre a efetivação de direitos humanos e fundamentais no Brasil

4ª Região (TRF4) Roger Raupp Rios. "O primeiro desafio macro refere-se à situação em que o mundo vive, no enfraquecimento do Estado na ação e, portanto, na perda gradativa da capacidade de implementar direitos. Mas também há desafios pessoais que os magistrados sentem, como a falta de uma formação teórica sobre direitos humanos e direitos fundamentais e de um diálogo profissional com a sociedade civil", explicou.

Já a professora da Universidade de Brasília (UnB) Débora Diniz apontou a importância de uma discussão sobre a efetivação de direitos humanos e fundamentais no Brasil. "A atenção, a forma de ouvir e como os direitos são vividos podem ser fundamentais para o trabalho de um magistrado. Defendo uma aproximação, uma ampliação das fronteiras, do fazer jurídico e uma aproximação das ciências sociais e empíricas".

Luciana Salimen

O XXII Congresso Brasileiro de Magistrados teve espaço também para debates sobre direitos humanos fundamentais. As discussões foram coordenadas pelo vice-presidente de Direitos Humanos da AMB, Ricardo Barreto.

Eugênio Pacelli, professor da Faculdade de Direito Milton Campos (FDMC-MG), falou sobre temas que podem ser compartilhados com a prática jurídica. "Percebi que seria

pertinente trabalhar sobre o plano de uma cognática constitucional que abordasse questões ligadas à proteção jurídica dos direitos fundamentais", disse. Pacelli abordou princípios constitucionais que são usados no dia a dia das decisões judiciais.

Já a professora Jane Beltrão, da Universidade Federal do Pará (UFPA), discutiu o crime de estupro, especialmente contra as mulheres indígenas e qui-

lombolas. "É preciso mais atenção para estes casos, que na maioria das vezes não são registrados. Muitas vezes isso acontece num contexto de prostituição ou num contexto doméstico, onde não necessariamente as situações de violência vivenciadas por essas mulheres são explicitadas".

Os desafios que os juízes enfrentam no que tange à efetivação de direitos humanos foram tratados pelo juiz do Tribunal Regional da

COMPARTILHAR EXPERIÊNCIAS

Oficina de Justiça Restaurativa atraiu magistrados de todo o país

Tatiana Damasceno



Magistrados durante a oficina Círculo de Justiça Restaurativa

Juízes de todo o Brasil presentes no XXII Congresso Brasileiro de Magistrados puderam conhecer umas das campanhas desenvolvidas pela AMB, a da Justiça Restaurativa do Brasil: a paz pede a palavra. O projeto tem como principais objetivos a pacificação de conflitos, a difusão de práticas restaurativas e a diminuição da violência.

Os magistrados participaram da oficina Círculo de Justiça Restaurativa, ministrada por Leoberto Brancher, assessor especial da presidência da AMB para Difusão da Justiça Restaurativa, e Vera Deboni, secretária-geral adjunta da Escola Nacional da Magistratura (ENM). O vice-presidente de comunicação da AMB, Gil Guerra, fez a abertura da oficina. “Essa é hoje uma das principais campanhas da AMB”, ressaltou.

Vera Deboni lembrou da troca de experiências entre os juízes do Brasil com a JR. “É importante podermos compartilhar as experiências que hoje já existem no país”, disse. Muitos dos integrantes da oficina relataram que não conheciam as práticas restaurativas e que gostariam de aplicá-las em suas jurisdições.

Leoberto fez apresentação dos quatro eixos da campanha desenvolvida pela AMB e relatou as experiências no Rio Grande do Sul. “A Justiça Restaurativa é permitir que as pessoas façam da Justiça a oportunidade que todos se expressem e constroam uma solução de consenso”, afirmou.

O presidente da AMB, João Ricardo Costa, aproveitou para relatar o interesse dos novos juízes pela Justiça Restaurativa. “A magistratura está ligada nisso,

eu viajo nos estados e esse tema sempre é abordado. Isso é algo bastante motivador, pois uma das funções de uma entidade como a nossa é exatamente criar essas alternativas na sociedade”, lembrou.

Ao final da oficina, os participantes fizeram círculos restaurativos para verem na prática como a metodologia funciona.

Aposentados

Em outra oficina, magistrados aposentados e também da ativa puderam relatar suas experiências com a psicóloga Eliane Pelles Amorim, na oficina Elaborando o Dever e Compartilhando Experiências na Aposentadoria da Magistratura. Alguns compartilharam suas experiências na aposentadoria, relatando que apresentaram sintomas como apatia e de-



Associados aprenderam pensar a vida além da carreira e ainda fazer um planejamento para a aposentadoria

pressão, enquanto outros falaram que muitas vezes não sabiam que rumo tomar após o término da carreira.

Eliane ressaltou a importância de enxergar a vida além da magistratura e saber fazer um planejamento para esta nova etapa. “Esse é o primeiro passo. Aposentar é continuidade, renovação, aprendizado, recolocação. Uma pessoa com bagagem terá sempre habilidades e perspectivas”, reforçou.

APRENDIZAGEM NA PRÁTICA

Técnicas de mediação e prevenção do estresse foram abordadas em oficinas

Tatiana Damasceno



Para André Gomma de Azevedo, deve-se ver o conflito de forma natural

O juiz auxiliar da presidência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) André Gomma de Azevedo realizou a oficina Técnicas de Mediação e Conflito para os participantes do XXII Congresso Brasileiro de Magistrados.

Ele aproveitou o tema para falar que, ao contrário do senso comum, o conflito não necessariamente seria uma coisa ruim. "O conflito tem o potencial de trazer coisas boas, como paz, entendimento, realização. Mas, para que isso aconteça, é fundamental nós vermos ele pelas lentes corretas", disse.

Gomma mostrou alguns exemplos de situações reais e instigou os juizes a usarem técnicas específicas para resolverem as discussões e desavenças que enfrentam no dia a dia. "A principal preocupação é ver o conflito de uma forma



Congressistas estavam atentos à explanação do juiz auxiliar da presidência do CNJ

muito natural. Temos conflitos com colegas, advogados, promotores e aceitar isso é uma oportunidade de consolidação de práticas construtivas", afirmou.



Ana Maria Rossi deu dicas para evitar o estresse

O desembargador Lino Faria Petelinkar, do Tribunal Regional do Trabalho do Espírito Santo, um dos participantes da oficina, quer ampliar o uso da mediação na Corte.

"Na área do trabalho não temos a mediação ainda, o que temos são núcleos de conciliação, mas acho que vamos chegar nesse ponto. O grande lance da mediação é que, com atitudes simples, resolvem-se todos os problemas", disse

Estresse

Outra oficina realizada durante o Congresso foi a Prevenção e Manejo do Estresse, com a psicóloga Ana Maria Rossi. Ela fez uma apresentação sobre as maiores causas, as sequelas e o que o juiz pode fazer para gerenciar o estresse decorrente da profissão. Ana Maria também ensinou diversas técnicas de relaxamento para enfrentar os problemas do dia a dia.



CONFERÊNCIA DE ENCERRAMENTO ABORDA JUSTIÇA DE FORO ÍNTIMO X CUMPRIMENTO ÀS LEIS

O psicanalista e colunista da Folha de S. Paulo Contardo Calligaris falou sobre leis e experiências pessoais de justiça

Luciana Salimen

As questões que separam o que é legal – ou seja, o que está de acordo com as leis e normas – e aquilo que é justo para cada um de nós norteou a conferência de encerramento do XXII Congresso Brasileiro de Magistrados, ministrada pelo psicanalista, escritor e colunista da Folha de São Paulo Contardo Calligaris.

“Há obediências que nos parecem injustas e desobediências que nos parecem justas. A comunidade espera de vocês, juízes, uma representação de justiça de foro íntimo, e isto é uma contradição tremenda”

Contardo Calligaris

“A ideia de que as regras devem ser respeitadas exonera a responsabilidade moral do indivíduo. É um insulto à nossa autonomia moral. Como se a respon-

sabilidade da moralidade estivesse com as leis, não comigo”, explicou.

Dentro destes conceitos forma-se um dilema moral, uma vez que a experiência pessoal de justiça é relativa. “Há obediências que nos parecem injustas e desobediências que nos parecem justas. A comunidade espera de vocês, juízes, uma representação de justiça de foro íntimo, e isto é uma contradição tremenda”, disse Calligaris à plateia formada por centenas de magistrados.

No campo da psicanálise, o conferencista explicou que é muito difícil chegar a respostas ao conceito da autonomia moral. Já no âmbito do Judiciário, o paradoxo da justiça de foro íntimo versus a Justiça das regras e leis torna-se ainda mais nebuloso, de acordo com Calligaris.

Ele citou como exemplo um caso de um homem que, ao não conseguir dinheiro suficiente para comprar o único



O psicanalista Contardo Calligaris atraiu a atenção dos conferencistas no encerramento do XXII CBM

medicamento capaz de salvar a vida de sua esposa, resolve roubar o remédio. E aí vem a questão: ele está certo ou errado e por quais motivos? A situação foi exposta a diferentes pacientes e na análise das respostas há seis níveis de pensamento moral.

“O respeito à lei não garante a nossa moralidade e os magistrados têm a tarefa árdua de fazerem valer as leis e, ao mesmo tempo, responder nossos anseios morais de foro íntimo”, disse ele, concluindo sua palestra.

MAGISTRADOS RECEBEM GUIA DE CURSOS 2016

A publicação da ENM/AMB oferece 26 cursos nacionais, como de Execução Penal, Gestão Orçamentária, Media Training, além de oito internacionais

Renata Brandão

Os magistrados que participaram do XXII Congresso Brasileiro de Magistrados conheceram em primeira mão o Guia de Cursos 2016 da Escola Nacional da Magistratura, da AMB. Lançado no evento, os juízes receberam a publicação e puderam, inclusive, já garantir a sua inscrição nos totens disponíveis no estande da Escola, na tenda dos expositores, no Rio Quente (GO).

O juiz Olivar Coneglian, do Mato Grosso do Sul, não perdeu tempo. Aproveitou a ocasião e fez a sua inscrição nos cursos sobre Gestão Orçamentária e de Capacitação em Poder Judiciário. "Já fiz minha inscrição devido à qualidade e alta procura. A iniciativa da ENM foi interessante porque



João Ricardo e Cláudio dell'Orto em frente ao estande da ENM

"Foi uma iniciativa bastante interessante, pois demonstrou que a gente tem uma grade que atende a esse interesse de formação contramajoritária do Poder Judiciário"

Cláudio dell'Orto

posso programar meus compromissos com antecedência, principalmente as audiências", elogiou.

Para o diretor-presidente da ENM, Cláudio dell'Orto, a procura dos magistrados pela inscrição dos cursos oferecidos foi grande. "Foi uma iniciativa bastante interessante, pois demonstrou que a gente tem uma grade que atende a esse interesse

ção dos cursos oferecidos foi grande. "Foi uma iniciativa bastante interessante, pois demonstrou que a gente tem uma grade que atende a esse interesse



de formação contramajoritária do Poder Judiciário, desse controle das instâncias de poder, oferecendo cursos tradicionais que também levam à reflexão sobre o papel e a função do Poder Judiciário no século XXI", disse.

A publicação oferece 26 cursos nacionais, como o de Execução Penal, Gestão Orçamentária, Direito do Consumidor, Media Training, Direitos Humanos. Entre as

oito capacitações internacionais, estão mes- trado em Direito Comparado na Cumberlan- d School of Law, na Samford University, mestrado e doutorado na Unversidade

Clássica de Lisboa e curso de Direito do Consumidor no Canadá.

Os interessados podem conferir a versão *online* do Guia de Cursos também no novo site da ENM. As inscrições estão abertas.



Cláudio dell'Orto acompanhou os magistrados durante a inscrição nos cursos promovidos pela ENM

Magistrados recebem Cartilha da Previdência da Magistratura

A Cartilha da Previdência da Magistratura foi lançada no XXII Congresso Brasileiro de Magistrados. Agora, pode ser acessada no site da AMB na parte de campanhas e eventos e está disponível na íntegra. Os diretores da Secretaria de Previdência da entidade Eduardo Uhlein e Cláudio Luís Martinewski elaboraram o material. "A ideia da AMB ao editar a cartilha era fornecer um manual prático para o magistrado informar-se sobre a nossa previdência nos moldes em vigor atualmente", explicou Uhlein.



Relatório de gestão é entregue aos participantes

O documento reúne os eventos realizados pela AMB no período de dezembro de 2013 a outubro deste ano. "Nós apresentamos no congresso nosso relatório de gestão, que demonstra a nossa mobilização nesses dois anos. Conseguimos formar, com os presidentes das associações regionais e os tribunais de Justiça, a unidade em relação a bandeiras caras para nós e isso posso dizer que foi o maior trunfo até o momento dessa gestão", disse o presidente da AMB, João Ricardo Costa.

Cartilha Cidadania e Justiça

Um dos pontos de destaque foi o lançamento da Cartilha Cidadania e Justiça na Escola. O presidente da AMB, João Ricardo Costa, e a vice-presidente de Interiorização, Nartir Weber, apresentaram aos participantes a publicação em formato gibi, que leva aos estudantes do Ensino Fundamental informações sobre o Poder Judiciário, direitos e deveres dos cidadãos. "Procuramos trazer nesta edição temas atuais, como *bullying*, lei Maria da Penha, entre outros. Estamos fazendo um trabalho conjunto com as associações estaduais para que lancem a revista em seus estados. Para cada magistrado que seja juiz do interior ou mesmo da capital que tenha interesse em lançar a revista, a associação local vai dar todo o suporte, assim como a AMB" pontuou Nartir Weber. A cartilha está disponível no site da AMB no endereço www.amb.com.br/cje.



Juiz do Paraná lança livro "Dissolução de Sociedades"

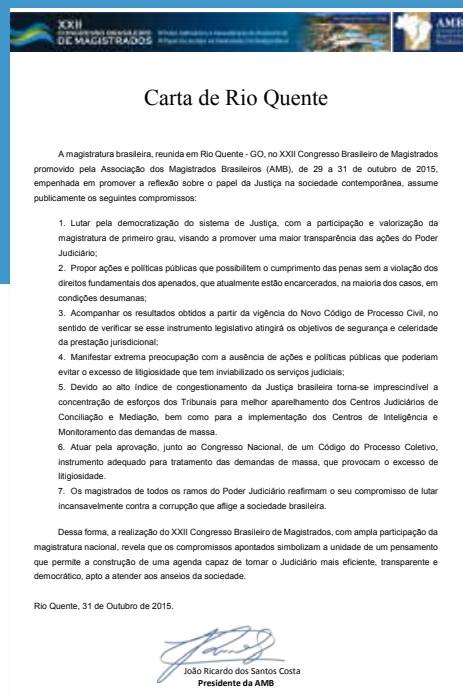
O livro "Dissolução de Sociedades", do juiz Luciano Campos de Albuquerque, do Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR), teve sua 2ª edição lançada no XXII CBM. "Esta é minha tese de mestrado de 1999. Passados 15 anos, em razão do Novo Código de Processo Civil, achei que era uma oportunidade boa para revisá-la", explicou o magistrado. Na apresentação da obra, escrita pelo professor Fabio Caldas Araújo, ressaltou-se que o assunto abordado é raro na literatura jurídica. "O tema da dissolução perante a nova legislação processual ocupou espaço destacado e revela a visão do trabalho com soluções novas já adequadas à realidade do novo procedimento", disse.

CONCLUSÃO

Assembleia Geral encerrou XXII Congresso Brasileiro de Magistrados



Magistrados aprovaram Carta de Rio Quente no encerramento do congresso



Tatiana Damasceno

A Assembleia Geral da AMB encerrou o último dia do XXII Congresso Brasileiro de Magistrados. O presidente da AMB, João Ricardo Costa, agradeceu a participação de todos os magistrados durante a realização do evento, em Goiás, e saudou a presença maciça dos juizes nas oficinas e painéis realizados durante o evento.

“Gostaria de agradecer a todos e todas que vieram

até Goiás fazer este congresso. Nós tivemos aqui um momento muito especial nas discussões, fizemos um congresso científico muito consistente, com todos os espaços muito disputados”, disse.

Para João Ricardo, a participação dos magistrados demonstra o interesse da categoria em discutir as questões que afligem a sociedade. “Foi um evento que mostra o quanto a nossa magistratura

está disposta a enfrentar as questões mais difíceis que temos hoje”, disse.

O presidente da AMB também falou sobre o relatório de gestão distribuído aos congressistas e o apoio das associações filiadas à entidade. “Nós apresentamos no congresso nosso relatório de gestão, que demonstra a nossa mobilização nesses dois anos. Nós conseguimos formar, com os presidentes das associa-

ções regionais e os tribunais de Justiça, a unidade em relação a bandeiras caras para nós e isso posso dizer que foi o maior trunfo até o momento dessa gestão”, declarou.

No encerramento, foi aprovada a Carta de Rio Quente, na qual a magistratura brasileira assume compromissos como lutar pela democratização do sistema de Justiça e contra a corrupção que aflige a sociedade brasileira, acompanhar os resultados obtidos a partir da vigência do Novo Código de Processo Civil, e manifestar extrema preocupação com a ausência de ações e políticas públicas que poderiam evitar o excesso de litigiosidade.

MONOGRAFIAS

O presidente da AMB entregou os certificados dos autores das monografias aprovadas e que serão publicadas pela entidade.

Em primeiro lugar, ficou a juíza Roberta Ferme Sivolella, com o título “O papel ético do juiz na sociedade contemporânea: (re)inventar o real ou (re)construir o ideal?”.

Na segunda colocação, foi escolhida a monografia da juíza Maria Luíza Santana Assunção, com o tema “Os direitos humanos e a lei 11.340/06 sob a perspectiva prática da ação afirmativa”.

TESES APROVADAS

Juizes filiados à AMB debatem questões da magistratura



Associados votaram e discutiram as teses apresentadas



Ex-presidente Mozart Valadares defendeu sua tese

Tatiana Damasceno

No último dia do XXII Congresso Brasileiro de Magistrados, a Assembleia Geral da AMB debateu e votou as teses selecionadas para o congresso, anteriormente discutidas e aprovadas pelas comissões temáticas. O objetivo é trazer à

discussão dos associados questões polêmicas que interferem na magistratura e deliberar para sugerir diretrizes de atuação ao órgão representativo da classe.

Veja abaixo a lista de teses aprovadas pelos associados:

Efetividade do acesso à Justiça: criação de Vara de Custódia nas comarcas de última entrância.

Autora: **Higyna Josina Simões de Almeida**

Resumo: propõe a criação de varas de custódia ou apresentação em todas as comarcas que sejam sede de terceira/última entrância.

A rejeição à teoria do *numerus clausus* na Execução Penal – O Sistema Prisional e a imprópria solução do PLS 513/2013.

Autor: **Thiago Colnago Cabral**

Resumo: a adoção sem critérios e destituída de condicionantes da teoria do *numerus clausus* na Execução Penal, tal como previsto no projeto de lei, não é medida compatível com a legalidade e com a supremacia do interesse da coletividade.

Por uma nova política de planejamento estratégico no Poder Judiciário.

Autor: **José Carlos Kulzer**

Resumo: os indicadores do Relatório Justiça em Números do CNJ indicam que o plano estratégico e as metas anuais não são suficientes para resolver as altas taxas de congestionamento de processos. Diante desse contexto, sugere-se: a) atuar para mudar a mentalidade jurídica, marcada pelo individualismo e pelo formalismo; b) implantar eleições diretas para os cargos de direção dos tribunais; c) tratamento diferenciado às ações de massa, inclusive nos registros estatísticos, criando prazos diferenciados e mais elásticos para os juizes atuarem nas ações mais complexas; d) estudar e medir o tempo de trabalho judiciário, com vistas a dar peso diferenciado às demandas repetitivas nos indicadores estatísticos; e) criar Centros de Inteligência e Monitoramento de Demandas de Massas no Poder Judiciário, instalados nos tribunais de todo o país e coordenados pelo CNJ, com atribuição de acompanhar e monitorar o ingresso de ações judiciais com vistas a prevenir e propor soluções à litigiosidade excessiva.

Antiguidade: critério único para promoção de magistrados.

Autor: **Airton Mozart Valadares Vieira Pires**

Resumo: pelo estabelecimento da antiguidade como critério único para a promoção de magistrados, observados os seguintes requisitos: ser possuidor de um comportamento social e funcional irrepreensíveis, ter uma produtividade compatível com as condições de trabalho da sua unidade judiciária e se submeter a pelo menos um curso de aperfeiçoamento anual.

Busca de meios pelos tribunais para tornar mais fácil e eficaz o acesso dos imigrantes à Justiça.

Autora: **Sandra Silvestre**

Resumo: o status dos imigrantes haitianos no Brasil é temporário e excepcional e permite a eles os mesmos direitos que os brasileiros. A vulnerabilidade da condição deles, no entanto, impõe severos desafios. É imperativo reconhecer a necessidade de mudanças que atentem para os aspectos multiculturais e visam o acolhimento desses indivíduos e a realização de seus direitos integralmente.

Taxa de congestionamento na fase de execução poderá ser reduzida consideravelmente com a execução administrativa de título extrajudicial fiscal.

Autor: **José Carlos Kulzer**

Resumo: para enfrentamento do excesso de litigiosidade, propõe-se que sejam envidados todos os esforços pelas entidades de classe da magistratura para que seja aprovado pelo Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 2412/2007, que dispõe sobre a execução administrativa de título extrajudicial fiscal.

O retrocesso no abrigamento de presos em cadeias públicas.

Autor: **Lourenço Migliorini Fonseca Ribeiro**

Resumo: rejeição do artigo 102, parágrafo único, do Projeto de Lei nº 513/2013. O anteprojeto de Lei de Execução Penal, em trâmite no Senado Federal, traz no artigo 102 a autorização para o recolhimento de presos definitivos em cadeias públicas.

Uso extrafiscal das custas processuais para os dez maiores litigantes privados: preço pelo uso predatório do serviço judiciário.

Autor: **José Gutemberg Gomes Lacerda**

Resumo: os dez maiores litigantes privados são responsáveis por cerca de um terço das demandas que tramitam na Justiça Estadual. É necessário mudar a equação financeira, tornando a litigiosidade dessas empresas desvantajosa.

O indicador estatístico da carga de trabalho do Relatório Justiça em Números do CNJ aponta a necessidade da equalização da força de trabalho nos tribunais para concretização da política nacional de atenção prioritária ao primeiro grau.

Autor: **José Carlos Kulzer**

Resumo: devem ser adotadas ações concretas para que seja efetivada a Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau, preconizada pela Resolução nº 194 do Conselho Nacional de Justiça, pois os indicadores da carga de trabalho por magistrado e por servidor indicam que não há distribuição proporcional da força de trabalho entre o primeiro e o segundo grau em relação à demanda de processos, o que impacta diretamente para o aumento da taxa de congestionamento e na demora da prestação jurisdicional, atentando contra o dever constitucional do CNJ de profissionalizar a gestão judiciária no Brasil.

IMPRENSA PRESTIGIA XXII CONGRESSO BRASILEIRO DE MAGISTRADOS

Especialistas na cobertura do Judiciário acompanharam os três dias da programação do evento



Márcia Leite

A 22ª edição do Congresso Brasileiro de Magistrados contou com grande cobertura da imprensa nacional e local. Durante os três dias do evento, jornalistas de veículos impressos, *onlines*, TVs e rádios acompanharam a cobertura de diversos painéis e repercutiram os temas e debates relacionados ao Judiciário e à sociedade.

O evento realizado na cidade de Rio Quente (GO) foi destaque nos jornais e agências de notícias como O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo, Consultor Jurídico, Jota, Revista Exame, IstoÉ Dinheiro, Agência Estado, entre outros, que publicaram matérias a respeito do Congresso.

O presidente da AMB, João Ricardo Costa, concedeu entrevista exclusiva aos repórteres Felipe Luchese, do portal Conjur, e Bárbara Mengardo, do Jota. Os jornalistas foram convidados pela AMB para acompanhar toda a programação do evento e repercutiram matérias com

temas de interesse da magistratura em tempo real.

O Conjur publicou uma reportagem exclusiva com o posicionamento da AMB sobre o quinto constitucional. A matéria é resultado de uma estratégia alinhada com a In Press Oficina para posicionar a entidade e abrir o debate sobre o tema. A AMB também antecipou a informação de que 80% da magistratura é contra o dispositivo.

O veículo também deu destaque ao projeto da AMB para a criação de um Centro de Monitoramento de Demandas de Massa, que busca criar serviços de inteligência nos tribunais do país para

identificar conflitos de massa, dando subsídios para que o Poder Judiciário possa conhecer e monitorar o litígio no Brasil. A intenção é que todos os dados sejam integrados e enviados ao Conselho Nacional de Justiça, onde um departamento centralizaria análises estatísticas e relatórios com diagnósticos.

A solenidade de abertura do evento, que contou com a presença do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Ricardo Lewandowski, foi acompanhada pelos principais veículos de Goiânia: O Popular, Diário da Manhã, O Estado de Goiás,

TV Anhanguera – TV Globo, TV Brasil, Rádio CBN Goiânia, Goiás News.

A palestra de abertura com o ministro do STF Luís Roberto Barroso foi tema de reportagem da edição impressa do Estado de S. Paulo. O jornal destacou a fala do ministro sobre a epidemia de processos que vive o Brasil e o sistema punitivo, que, na opinião de Barroso, “é feito para pegar pobre”. O ministro ainda avaliou que o sistema atual faz com que sociedade transforme magistrados que pensam fora da curva em heróis. “Se um modelo precisa de heróis é porque as instituições não funcionam”, disse.

A matéria foi publicada também na Agência Estado e blog do Fausto Macedo e replicada em sites de notícias como Revista Exame, IstoÉ Dinheiro, Estado de Minas, Jornal de Brasília, Gazeta do Povo, O Povo/CE, A Tarde/BA, O Diário de Maringá, DCI Online, entre outros.

PARCERIA E DEDICAÇÃO

Foram mais de 12 meses de preparação, entre reuniões e visitas que garantiram o sucesso do evento



Para conseguir o êxito do congresso, foram necessárias diversas reuniões das Comissões Executiva e Científica. O evento foi realizado pela primeira vez na Região Centro-Oeste. A AMB parabeniza a parceria do trabalho realizado em conjunto com os magistrados goianos, tanto na organização quanto na interação e, também, o compromisso com a magistratura nacional.

Confira os depoimentos de alguns integrantes da diretoria da AMB e das Comissões Científica e Executiva.



"Nós tivemos um momento muito especial nas discussões, fizemos um congresso científico muito consistente, com os espaços muito disputados. Foi um evento que mostra o quanto a nossa magistratura está disposta a enfrentar as questões mais difíceis que temos hoje"

João Ricardo Costa, presidente da AMB



"A avaliação que fazemos é muito positiva. Enalteço o trabalho dos integrantes das Comissões Executiva e Científica, que não pouparam esforços para transformar esse, num grande evento"

Gilmar Coelho, presidente da Asmeço



"O congresso se destacou pela diversidade de visões sobre o papel da Justiça e seus desafios na sociedade contemporânea. Soma-se a isso a intensa participação dos magistrados no evento, lotando as salas de debates, oficinas e conferências"

Antônio Silveira, assessor da presidência da AMB e coordenador da Comissão Científica



"O XXII Congresso Brasileiro de Magistrados entra para a história da AMB e da Asmeço como um evento que propiciou um olhar muito atento para problemas e alternativas para o Judiciário e a magistratura"

Wilson da Silva Dias, vice-presidente administrativo da AMB e coordenador da Comissão Executiva



"Foi uma alegria e uma honra recepcionar os colegas de Goiás, a maior comitiva no congresso, bem como todos os magistrados dos outros estados. Estende agradecimento especial aos colaboradores da AMB e da Asmeço e a todos os envolvidos com o congresso"

Levine Artiaga, secretário de assuntos legislativos da AMB e integrante da Comissão Executiva



"Para mim, dois fatores ficaram evidenciados: primeiro, a organização o reconhecimento da magistratura goiana pelo empenho. Segundo pelo conteúdo, que foi de grande interesse para a magistratura e prova disso foi a presença maciça tanto nas palestras, quantos nas oficinas"

Gil Guerra, vice-presidente de Comunicação da AMB e integrante da Comissão Executiva



"Tivemos a honra de ouvir alguns dos grandes pensadores do Direito na atualidade e isso colabora com o trabalho de todos nós"

André Reis Lacerda, secretário-adjunto de Comunicação Institucional da AMB e integrante da Comissão Executiva



"O congresso foi um sucesso, com participação maciça dos colegas, debates e conferências prestigiadíssimas e, de quebra, uma oportunidade ímpar de confraternização e convivência fraterna entre colegas e familiares"

Alexandre Abreu, secretário-geral adjunto e integrante da Comissão Executiva



"Os congressistas discutiram profundamente as temáticas propostas nos painéis e com esse debate, há uma contribuição para além da magistratura, mas também para o Brasil"

Aline Tomás, juíza do Tribunal de Justiça de Goiás e integrante da Comissão Executiva



"O congresso foi excelente, trouxe questões para serem debatidas que são de interesse da magistratura inteira, relevantes sobre a democratização do Judiciário e a valorização da magistratura"

Mônica de Lucca, assessora especial da ENM e integrante da Comissão Científica



"O profundo debate sobre a democratização da Justiça e o papel do magistrado na efetivação dos direitos humanos e fundamentais marcou o Congresso, tanto pelo qualificado quadro de palestrantes, como pelo comprometimento e reflexão de todos os participantes"

Rogério Favreto, coordenador de Justiça Federal da AMB e integrante da Comissão Científica



"Foi um desafio para a administração da AMB o congresso ter sido realizado num local que não tem aeroporto. A logística foi mais difícil, mas tudo foi superado pela ajuda dos colegas de Goiás. Além disso, teve uma programação muito rica e os objetivos foram alcançados. Isso demonstra que um planejamento para um evento deste tamanho é importante"

José Carlos Kulzer, assessor da presidência da AMB e integrante da Comissão Executiva



"O congresso foi muito organizado. Parabenizo a equipe da AMB e os magistrados goianos que nos receberam muito bem. Destaco a presença constante dos colegas nas palestras, oficinas e plenária. Foi um sucesso"

André Villela, assessor da presidência da AMB

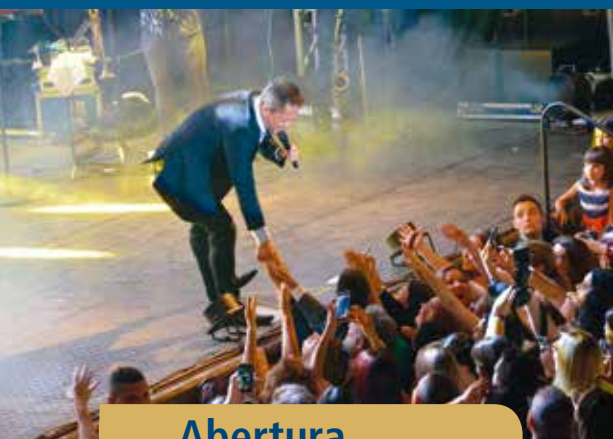
TODA A PROGRAMAÇÃO DO XXII CONGRESSO BRASILEIRO DE MAGISTRADOS FOI REGISTRADA, EM TEMPO REAL, NAS REDES SOCIAIS DA AMB. CONFIRA OS POSTS DIVULGADOS DURANTE O EVENTO.





SERTANEJOS NO CONGRESSO

Para homenagear o Estado goiano, sertanejos embalam a abertura e o encerramento do XXII CBM



Abertura

Além de palestras e oficinas sobre os temas atuais da magistratura e do Poder Judiciário, o XXII Congresso Brasileiro de Magistrados contou com o show de abertura de Leonardo, um dos ícones do estilo sertanejo no Brasil. Ele começou sua carreira solo em 1998, depois da morte de seu irmão, Leandro. Em mais de

30 anos de estrada, o cantor já vendeu mais de 30 milhões de discos. São 19 CDs e 7 DVDs lançados e uma coleção de sucessos, como "Desculpe, mas eu vou chorar"; "Pra nunca dizer adeus"; "Cerveja"; "Anarriê"; "Um Sonhador"; "Cumade e Cumpade"; "Deu Medo"; e "Dia de Rodeio".



Já no encerramento, a dupla Jorge & Matheus, considerada a principal dupla sertaneja da atualidade, agitou a noite dos magistrados. Os goianos já têm 10 anos de carreira, com oito CDs e cinco DVDs. O último foi gravado no Royal Albert Hall, em Londres.

A dupla tem uma das maiores médias de público por show e faz cerca de 200 apresentações por ano. No repertório, hits como "A Hora é Agora", "Flor", "Amo Noite e Dia", além das faixas inéditas do novo disco, "Os Anjos Cantam".

Encerramento



Comissões

Comissão Executiva

Coordenador

Wilson da Silva Dias

Vice-Presidente Administrativo

Membros

Alexandre Aronne de Abreu

Secretário-Geral Adjunto

Aline Vieira Tomás

Juíza TJGO

Emanuel Bonfim Amaral Filho

Diretor-Tesoureiro

Gilmar Luiz Coelho

Presidente da Associação

de Magistrados do Estado de Goiás

José Carlos Kulzer

Assessor da Presidência

Levine Raja Gabaglia Artiaga

Secretário- Adjunto para Assuntos
Legislativos

Comissão Científica

Coordenador

Antônio Silveira Neto

Assessor da Presidência

Membros

André Gustavo Bittencourt Villela

Assessor da Presidência

André Reis Lacerda

Secretário-Adjunto

de Comunicação Institucional

Mônica Elias de Lucca

Assessora Especial

da Escola Nacional da Magistratura

Rogério Favreto

Coordenador da Justiça Federal

Consultores

Alexandre Morais da Rosa - TJSC

Ingo Wolfgang Sarlet - TJRS



AMB Informa
ESPECIAL



Coordenadora de Comunicação: Renata Brandão

Reportagem: Luciana Salimen, Márcia Delgado, Renata Brandão e Tatiana Damasceno

Estagiária: Tarcila Rezende

Diagramação: Marconi Martins

Fotos: Companhia Digital

AMB NAS REDES SOCIAIS

SITE:

WWW.AMB.COM.BR

E-MAIL:

JORNALISMOAMB@GMAIL.COM

TWITTER:

WWW.TWITTER.COM/MAGISTRADOS

YOUTUBE:

WWW.YOUTUBE.COM/AMBAGISTRADOS

INSTAGRAM:

[@MAGISTRADOSBRASILEIROS](https://www.instagram.com/MAGISTRADOSBRASILEIROS)

FACEBOOK:

WWW.FACEBOOK.COM/MAGISTRADOSBRASILEIROS

FLICKR:

WWW.FLICKR.COM/MAGISTRADOSBRASILEIROS



XXII CONGRESSO BRASILEIRO DE MAGISTRADOS

O Poder Judiciário e a Consolidação da Democracia:
O Papel da Justiça na Sociedade Contemporânea

REALIZAÇÃO:



CO-REALIZAÇÃO:



PATROCÍNIO:



SECRETARIA
EXECUTIVA:



COMPANHIA
AÉREA OFICIAL:

